

SUMÁRIO

PREFÁCIO	29
-----------------------	----

CAPÍTULO I LINHAS INTRODUTÓRIAS

1. Direito Processual Penal	33
1.1. Conceito e finalidade	33
1.2. Características	34
1.3. Posição enciclopédica	35
2. Entendendo o tema	35
2.1. Interesse	35
2.2. Pretensão	36
2.3. Lide	36
2.4. Ação	37
2.5. Processo	38
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo)	38
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo)	38
3. Sistemas processuais	39
3.1. Sistema inquisitivo	40
3.2. Sistema acusatório	41
3.3. Sistema misto ou acusatório formal	42
4. Fontes	43
4.1. Conceito	43
4.2. Classificação	43
5. Analogia	45
5.1. Conceito	45
5.2. Espécies	45
6. Interpretação da Lei Processual	46
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza	47
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados	48
6.3. Quanto ao resultado	48
7. A Lei Processual Penal no Tempo	49
7.1. Retroatividade pro réu	50
8. A Lei Processual Penal no Espaço	50
9. Princípios processuais Penais	54
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade	54
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz	56
9.3. Princípio da igualdade processual	57
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência	58
9.5. Princípio da ampla defesa	59
9.6. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes	60
9.7. Princípio da oficialidade	60
9.8. Princípio da oficiosidade	60

9.9.	Princípio da verdade real.....	60
9.10.	Princípio da obrigatoriedade.....	62
9.11.	Princípio da indisponibilidade.....	62
9.12.	Princípio do impulso oficial.....	63
9.13.	Princípio da motivação das decisões.....	63
9.14.	Princípio da publicidade.....	64
9.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	65
9.16.	Princípio do juiz natural.....	66
9.17.	Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	66
9.18.	Princípio do defensor natural.....	67
9.19.	Princípio do devido processo legal.....	68
9.20.	Princípio do favor rei ou favor réu.....	69
9.21.	Princípio da economia processual.....	69
9.22.	Princípio da oralidade.....	70
9.23.	Princípio da autoritariedade.....	71
9.24.	Princípio da duração razoável do processo penal.....	71
9.25.	Princípio da proporcionalidade.....	74
9.26.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	77
10.	Quadro Sinótico.....	78
11.	Súmulas Aplicáveis.....	85
11.1.	STJ.....	85
11.2.	STF.....	85
12.	Informativos recentes.....	85
12.1.	STJ.....	85
12.2.	STF.....	90
13.	Questões de concursos públicos.....	92
14.	Gabarito Anotado.....	95

CAPÍTULO II INQUÉRITO POLICIAL

1.	A persecução criminal.....	97
2.	Polícia Judiciária e Polícia Administrativa.....	97
2.1.	Polícia administrativa ou de segurança.....	98
2.2.	Polícia judiciária.....	98
3.	Conceito e Finalidade do Inquérito Policial.....	98
3.1.	Natureza jurídica do inquérito.....	99
4.	Inquéritos não policiais.....	99
5.	Características do Inquérito Policial.....	103
5.1.	Discricionariedade.....	103
5.2.	Escrito.....	103
5.3.	Sigiloso.....	103
5.4.	Oficialidade.....	105
5.5.	Oficiosidade.....	105
5.6.	Indisponibilidade.....	106
5.7.	Inquisitivo.....	106
5.8.	Autoritariedade.....	107
5.9.	Dispensabilidade.....	108
6.	Competência (atribuição).....	108
6.1.	Critério territorial.....	108
6.2.	Critério material.....	108

6.3.	Critério em razão da pessoa	108
7.	Prazos	109
7.1.	Regra geral.....	109
7.2.	Prazos especiais.....	109
7.3.	Contagem do prazo	110
8.	Valor probatório	111
9.	Vícios	113
10.	<i>Notitia criminis</i> (notícia do crime)	115
10.1.	Conceito	115
10.2.	Espécies	115
11.	Peças inaugurais do inquérito policial	118
12.	Incomunicabilidade	118
13.	Providências	119
13.1.	Reprodução simulada dos fatos	125
13.2.	Indiciamento	126
14.	Encerramento	127
14.1.	Crimes de ação penal pública.....	128
14.2.	Crimes de ação penal privada	135
15.	Considerações finais	136
15.1.	Termo circunstanciado	136
15.2.	Controle externo da atividade policial	137
16.	Quadro Sinótico	137
17.	Súmulas aplicáveis	142
17.1.	STJ.....	142
17.2.	STF	142
18.	Informativos recentes.....	143
18.1.	STJ.....	143
18.2.	STF	144
19.	Questões de concursos públicos	147
20.	Gabarito Anotado	151

CAPÍTULO III AÇÃO PENAL

1.	Conceito.....	155
2.	Características.....	155
2.1.	Localização no ordenamento jurídico	156
3.	Condições da ação	156
3.1.	Conceito	156
3.2.	Oportunidade para verificação das condições da ação	162
4.	Classificação das ações	163
4.1.	Ação penal pública incondicionada	163
4.1.1.	Conceito e titularidade.....	163
4.1.2.	Princípios informadores	164
4.2.	Ação pública condicionada.....	167
4.2.1.	Conceito e considerações	167
5.	Ação penal privada	173
5.1.	Conceito e considerações.....	173
5.2.	Titularidade	174
5.3.	Princípios.....	175
5.4.	Espécies de ação penal privada.....	180

5.5.	Custas e honorários advocatícios	182
6.	Questões complementares.....	182
6.1.	Ação de prevenção penal	183
6.2.	Ação penal <i>ex officio</i>	183
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública.....	183
6.4.	Ação penal popular	184
6.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	185
6.5.1.	Direito intertemporal	187
6.6.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	188
6.7.	Ação penal secundária	188
6.8.	Ação penal adesiva.....	189
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito	189
6.10.	Ação penal extensiva.....	190
6.11.	Ação penal de segundo grau	190
7.	Inicial acusatória.....	190
7.1.	Conceito	190
7.2.	Requisitos formais	191
7.3.	Prazos para oferta da denúncia.....	195
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	195
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento	196
7.3.3.	Desatendimento do prazo	197
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime.....	197
7.4.1.	Prazos especiais.....	198
7.5.	Aditamento da queixa	198
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa.....	198
7.6.1.	Repropositura da ação	201
7.6.2.	Rejeição X não recebimento.....	201
7.6.3.	Rejeição parcial	201
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição.....	202
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	202
8.	Quadro Sinótico.....	204
9.	Súmulas aplicáveis.....	211
9.1.	STJ.....	211
9.2.	STF.....	211
10.	Informativos recentes.....	212
10.1.	STJ.....	212
10.2.	STF.....	215
11.	Questões de concursos públicos	216
12.	Gabarito Anotado	220

CAPÍTULO IV AÇÃO CIVIL *EX DELICTO*

1.	Considerações iniciais.....	223
2.	Legitimidade ativa e passiva	224
3.	Competência na ação reparatória	225
4.	Sistemas processuais	226
5.	Suspensão da demanda civil.....	228
5.1.	Regime legal da suspensão.....	228
6.	Execução da sentença condenatória penal.....	229

7.	Sentença absolutória e subordinação temática.....	229
8.	Revisão criminal e ação rescisória	232
9.	Prazo prescricional.....	232
10.	Quadro Sinótico.....	232
11.	Súmulas Aplicáveis	234
11.1.	STJ.....	234
12.	Informativos recentes.....	234
12.1.	STJ.....	234
12.2.	STF.....	235
13.	Questões de concursos públicos	235
14.	Gabarito Anotado	236

CAPÍTULO V JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Jurisdição.....	239
1.1.	Conceito	239
1.2.	Princípios.....	240
1.2.1.	Investidura.....	240
1.2.2.	Indelegabilidade	240
1.2.3.	Juiz natural	240
1.2.4.	Inafastabilidade	241
1.2.5.	Inevitabilidade ou irrecusabilidade	241
1.2.6.	Correlação ou relatividade	241
1.2.7.	Devido processo legal.....	246
1.3.	Características	246
1.3.1.	Inércia.....	246
1.3.2.	Substitutividade.....	246
1.3.3.	Lide	246
1.3.4.	Atuação do direito.....	247
1.3.5.	Imutabilidade	247
2.	Competência.....	247
2.1.	Conceito	247
2.2.	Critérios.....	247
2.2.1.	Competência material	248
2.2.2.	Competência funcional	248
2.3.	Competência <i>ratione materiae</i>	249
2.3.1.	Justiça comum estadual	249
2.3.2.	Justiça comum federal.....	249
2.3.3.	Competência da justiça especializada militar	259
2.3.4.	Competência da justiça especializada eleitoral	261
2.4.	Competência <i>ratione loci</i>	262
2.4.1.	Domicílio ou residência do réu.....	263
2.4.2.	Critério subsidiário	264
2.4.3.	Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	264
2.4.4.	Crimes praticados no exterior	266
2.4.5.	Súmulas aplicadas	266
2.5.	Competência pela natureza da infração.....	266
2.6.	Colegiado de primeiro grau de jurisdição: Lei nº 12.694/2012	267
2.6.1.	Considerações gerais	267

2.6.2.	Objetivos da instituição de colegiado no âmbito do juízo de primeiro grau.....	268
2.6.3.	Procedimento para formação de colegiado de primeiro grau.....	269
2.6.4.	Interpretação conforme a Constituição: princípio do juiz natural.....	273
2.6.5.	Interpretação conforme a Constituição: vedação de menção a voto divergente	274
2.7.	Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>	275
2.7.1.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	277
2.7.2.	Prerrogativa X tribunal do júri	279
2.7.3.	Prerrogativa funcional dos prefeitos	279
2.7.4.	Foro privilegiado e deslocamento	279
2.8	Competência absoluta X relativa.....	280
2.9.	Prevenção.....	281
2.10.	Distribuição	282
2.11.	Conexão e continência	282
2.11.1.	Conexão.....	282
2.11.2.	Continência.....	284
2.12.	Foro prevalente	284
2.13.	Separação de processos	287
2.13.1.	Separação obrigatória	288
2.13.2.	Separação facultativa	290
2.14.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	290
2.14.1.	Surgimento de nova vara.....	291
3.	Quadro Sinótico.....	292
4.	Súmulas aplicáveis	299
4.1.	STJ.....	299
4.2.	STF.....	300
5	Informativos recentes.....	300
5.1.	STJ.....	300
5.2.	STF	309
6.	Questões de concursos públicos.....	315
7.	Gabarito Anotado.....	321

CAPÍTULO VI QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1.	Considerações iniciais.....	325
2.	Questões prejudiciais	327
2.1.	Classificação	328
2.1.1.	Prejudicial homogênea e heterogênea	328
2.1.2.	Prejudicial obrigatória e facultativa.....	328
2.1.3.	Prejudicial total e parcial.....	329
2.1.4.	Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência).....	329
2.2.	Natureza jurídica	330
2.3.	Sistemas de solução	330
2.4.	Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa	331
2.5.	Recursos	333
2.6.	Prescrição	333
3.	Exceções	334
3.1.	Conceito	334

3.2.	As espécies de exceções e seus processamentos.....	334
3.2.1.	Exceção de suspeição.....	334
3.2.2.	Exceção de incompetência.....	338
3.2.3.	Exceção de litispendência.....	339
3.2.4.	Exceção de ilegitimidade de parte.....	340
3.2.5.	Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	341
4.	Incompatibilidades e impedimentos.....	342
4.1.	Processamento.....	343
4.2.	Efeitos.....	344
4.3.	Recursos.....	344
5.	Conflito de jurisdição.....	344
5.1.	Espécies e competência.....	345
5.2.	Processamento.....	346
5.3.	Recursos.....	347
6.	Conflito de atribuições.....	347
6.1.	Competência para dirimir o conflito.....	347
6.2.	Processamento.....	349
7.	Restituição de coisas apreendidas.....	349
7.1.	Introdução.....	349
7.2.	Autoridade restituinte.....	350
7.3.	Confisco.....	350
7.4.	Procedimento da restituição.....	350
7.5.	Recurso.....	351
8.	Medidas assecuratórias.....	351
8.1.	Sequestro de bens imóveis.....	351
8.1.1.	Cabimento.....	351
8.1.2.	Embargos.....	352
8.1.3.	Recurso.....	353
8.1.4.	Levantamento.....	353
8.1.5.	Destinação ao final do processo.....	353
8.2.	Sequestro de bens móveis.....	353
8.2.1.	Cabimento.....	353
8.2.2.	Embargos.....	353
8.2.3.	Recurso.....	353
8.2.4.	Levantamento.....	354
8.2.5.	Destinação ao final do processo.....	354
8.3.	Hipoteca legal.....	354
8.3.1.	Cabimento.....	354
8.3.2.	Procedimento.....	354
8.3.3.	Recurso.....	355
8.3.4.	Levantamento.....	355
8.3.5.	Destinação ao final do processo.....	355
8.4.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo).....	356
8.4.1.	Cabimento.....	356
8.4.2.	Procedimento.....	356
8.4.3.	Recurso.....	357
8.4.4.	Levantamento.....	357
8.4.5.	Destinação ao final do processo.....	357
8.5.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio).....	357
8.5.1.	Cabimento.....	358

8.5.2.	Recurso.....	358
9.	Incidente de falsidade	358
9.1.	Introdução.....	358
9.2.	Espécies.....	359
9.3.	Legitimidade.....	360
9.4.	Procedimento do incidente.....	360
9.5.	Efeitos.....	361
9.6.	Recurso.....	361
10.	Incidente de insanidade mental	361
10.1.	Introdução.....	361
10.2.	Procedimento.....	362
10.3.	Sequência	363
10.4.	Recurso.....	363
10.5.	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	363
10.6.	Insanidade superveniente	364
11.	Quadro Sinótico.....	365
12.	Súmulas Aplicáveis	376
12.1.	STJ.....	376
12.2.	STF	376
13.	Informativos recentes.....	376
13.1.	STJ.....	376
13.2.	STF.....	378
14.	Questões de concursos públicos	380
15.	Gabarito Anotado	384

CAPÍTULO VII PROVA

1.	Teoria Geral da Prova.....	387
1.1.	Conceito e finalidade.....	387
1.2.	Destinatários	388
1.3.	Natureza jurídica	388
1.4.	Objeto.....	389
1.5.	Classificação da prova.....	390
1.5.1.	Quanto ao objeto	390
1.5.2.	Quanto ao efeito ou valor	390
1.5.3.	Quanto ao sujeito ou causa	390
1.5.4.	Quanto à forma ou aparência	391
1.6.	Meios de prova.....	391
1.7.	Vedação probatória	392
1.8.	Teorias sobre o tema “provas ilícitas”	394
1.8.1.	Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>).....	395
1.8.1.1.	Teorias decorrentes	396
1.8.2.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	400
1.8.3.	Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	403
1.9.	Prova emprestada	403
1.10.	Ônus da prova	405
1.11.	Iniciativa do juiz.....	406
1.12.	Sistemas de apreciação da prova	408

1.12.1.	Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção	408
1.12.2.	Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	409
1.12.3.	Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	409
1.13.	Princípios da prova	410
1.13.1.	Princípio da auto-responsabilidade das partes	410
1.13.2.	Princípio da audiência contraditória.....	410
1.13.3.	Princípio da aquisição ou comunhão.....	410
1.13.4.	Princípio da oralidade.....	411
1.13.5.	Princípio da publicidade	411
1.13.6.	Princípio do livre convencimento motivado	412
1.14.	Procedimento probatório	412
2.	Provas em espécie	413
2.1.	Exames periciais	413
2.1.1.	Considerações gerais	413
2.1.1.1.	Assistente técnico.....	415
2.1.2.	Realização das perícias	416
2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais.....	417
2.1.4.	Exame de corpo de delito.....	417
2.1.5.	Necessidade do laudo	419
2.1.6.	Outras perícias.....	420
2.1.6.1.	Exame necroscópico	420
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais	421
2.1.6.3.	Perícia em incêndio	422
2.1.6.4.	Perícia laboratorial	422
2.1.6.5.	Exame grafotécnico	422
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração	423
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada.....	424
2.1.6.8.	Avaliação	425
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante.....	425
2.2.	Interrogatório do acusado	427
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica	427
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório	429
2.2.3.	Formalidades do interrogatório.....	430
2.2.4.	Procedimento	434
2.2.4.1.	Preliminares.....	434
2.2.4.2.	Conteúdo	435
2.2.4.3.	Formalidades	437
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	438
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial.....	439
2.2.4.6.	Interrogatório por videoconferência	439
2.3.	Confissão	441
2.3.1.	Conceito e objeto	441
2.3.2.	Natureza jurídica	442
2.3.3.	Espécies	442
2.3.4.	Requisitos	443
2.3.5.	Peculiaridades	444
2.3.6.	Valor probatório	444
2.3.7.	Delação e delação premiada	444

2.4.	Perguntas ao ofendido	448
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza.....	448
2.4.2.	Repercussões processuais	449
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	450
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido	450
2.5.	Testemunhas	452
2.5.1.	Conceito e natureza.....	452
2.5.2.	Características da prova testemunhal	452
2.5.3.	Recusa e impedimento.....	453
2.5.4.	Demais vedações.....	454
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	455
2.5.6.	Número de testemunhas.....	455
2.5.7.	Classificação	456
2.5.8.	Lugar do depoimento e precatória	456
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos	458
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento.....	458
2.5.11.	O depoimento	460
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante	462
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho	464
2.5.14.	Proteção	464
2.5.15.	Valor Probatório	465
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas.....	465
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica	465
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas	465
2.6.2.1.	Procedimento	465
2.6.2.2.	Intimidação.....	466
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	466
2.6.4.	Reconhecimento de coisas	467
2.7.	Acareação.....	467
2.7.1.	Conceito e natureza.....	467
2.7.2.	Pressupostos	467
2.7.3.	Procedimento	467
2.7.4.	Valor probatório	468
2.8.	Documentos	468
2.8.1.	Conceito	468
2.8.2.	Espécies	468
2.8.3.	Requisitos	469
2.8.4.	Produção	469
2.8.5.	Tradução.....	470
2.8.6.	Restituição.....	471
2.9.	Indícios e presunções	471
2.9.1.	Conceito	471
2.9.2.	Classificação	471
2.9.3.	Valor probatório	472
2.10.	Busca e apreensão.....	472
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica.....	472
2.10.2.	Iniciativa	473
2.10.3.	Objeto.....	473
2.10.4.	Momento.....	475
2.10.5.	Espécies	475

2.10.5.1. Busca domiciliar	475
2.10.5.2. Busca pessoal	482
3. Quadro Sinótico	482
4. Súmulas aplicáveis	501
4.1. STJ	501
4.2. STF	501
5. Informativos recentes	501
5.1. STJ	501
5.2. STF	505
6. Questões de concursos públicos	512
7. Gabarito Anotado	516

CAPÍTULO VIII SUJEITOS NO PROCESSO PENAL

1. A relação processual penal	519
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público	520
2.1. Juiz	520
2.2. Ministério Público	522
2.2.1. Considerações gerais	522
2.2.2. Organização e atuação	523
2.2.3. Impedimento e suspeição do representante do Ministério Público	524
2.2.4. Princípios atinentes ao Ministério Público	525
2.3. Funcionários do Poder Judiciário	526
2.4. Auxiliares do juízo	526
3. Acusado e defensor	528
4. Querelante	532
5. Assistente do Ministério Público	532
6. Assistente da defesa	536
7. Quadro Sinótico	537
8. Súmulas aplicáveis	539
8.1. STF	539
8.2. STJ	539
9. Informativos recentes	539
9.1. STJ	539
9.2. STF	540
10. Questões de concursos públicos	542
11. Gabarito Anotado	545

CAPÍTULO IX PRISÕES

1. Conceito	547
2. Formalidades e execução	548
2.1. Mandado de prisão	548
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	550
2.3. Prisão em perseguição	551
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial	552
2.5. Prisão especial	554
2.6. Emprego de força e uso de algemas	555

2.7.	Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	559
3.	Prisão em flagrante.....	561
3.1.	Conceito	561
3.2.	Espécies de flagrante.....	562
3.2.1.	Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	562
3.2.2.	Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	562
3.2.3.	Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	563
3.2.4.	Flagrante compulsório ou obrigatório.....	563
3.2.5.	Flagrante facultativo.....	563
3.2.6.	Flagrante esperado.....	564
3.2.7.	Flagrante preparado ou provocado	564
3.2.8.	Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada)	566
3.2.9.	Flagrante forjado	567
3.2.10.	Flagrante por apresentação.....	568
4.	Flagrante nas várias espécies de crime.....	568
4.1.	Crime permanente	568
4.2.	Crime habitual	569
4.3.	Crime de ação penal privada e pública condicionada	570
4.4.	Crime continuado	570
4.5.	Infração de menor potencial ofensivo.....	571
5.	Sujeitos do flagrante	572
5.1.	Sujeito ativo.....	572
5.2.	Sujeito passivo.....	572
5.3.	Autoridade competente	574
6.	Procedimentos e formalidades.....	575
6.1.	Nota de culpa	577
6.2.	Remessa à autoridade	578
7.	Prisão preventiva	579
7.1.	Conceito	579
7.2.	Pressupostos	580
7.3.	As hipóteses de decretação.....	580
7.4.	Infrações. que comportam a medida	584
7.5.	Decretação e sistema recursal.....	588
7.6.	Fundamentação.....	589
7.7.	Revogação	590
7.8.	Apresentação espontânea.....	591
7.9.	Preventiva X excludentes de ilicitude	592
8.	Prisão temporária	594
8.1.	Conceito	594
8.2.	Decretação	594
8.3.	Cabimento.....	595
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I)...	595
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II)	596
8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	597
8.4.	Prazos	599
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989).....	600

8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados	600
8.5.	Procedimento	600
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia	602
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível	604
11.	Prisão domiciliar	606
12.	Prisão administrativa	607
13.	Prisão civil	609
14.	Prisão para averiguações	610
15.	Quadro Sinótico	610
16.	Súmulas aplicáveis	621
16.1.	STJ	621
16.2.	STF	621
17.	Informativos recentes	621
17.1.	STJ	621
17.2.	STF	624
18.	Questões de concursos públicos	627
19.	Gabarito Anotado	632

CAPÍTULO X

LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO

1.	Conceito	635
2.	Espécies	637
2.1.	Liberdade provisória obrigatória	637
2.2.	Liberdade provisória permitida	638
2.3.	Liberdade provisória vedada	639
3.	Liberdade provisória sem fiança	639
3.1.	Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	640
3.2.	Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	642
3.2.1.	Restrições	644
3.2.2.	Fundamentação	647
3.2.3.	Outras hipóteses de cabimento	648
3.2.4.	Sistema recursal	649
4.	Liberdade provisória mediante fiança	649
4.1.	Fiança X liberdade provisória mediante fiança	649
4.2.	Objetivos da fiança	650
4.3.	Valor da fiança	650
4.3.1.	Demais critérios para o arbitramento	652
4.4.	Modalidades de fiança	653
4.5.	Obrigações do afiançado	653
4.6.	Vedações legais	654
4.6.1.	Vedações do art. 323, CPP	657
4.6.2.	Vedações do art. 324, CPP	658
4.6.3.	Demais vedações	659
4.7.	Quebra da fiança	660
4.8.	Perda da fiança	661
4.9.	Cassação da fiança	661
4.10.	Reforço da fiança	662
4.11.	Dispensa da fiança	663

4.12.	Procedimento.....	664
4.13.	Execução.....	665
5.	Outras medidas cautelares diversas da prisão	665
5.1.	Considerações gerais.....	665
5.2.	Momento e legitimidade.....	666
5.3.	Requisitos.....	666
5.4.	Cautelares em espécie	667
6.	Quadro Sinótico	671
7.	Súmulas aplicáveis.....	679
7.1.	STJ.....	679
7.2.	STF.....	679
8.	Informativos recentes.....	679
8.1.	STJ.....	679
8.2.	STF.....	681
9.	Questões de concursos públicos	682
10.	Gabarito Anotado	683

CAPÍTULO XI ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1.	Formas de comunicação processual.....	685
2.	Citação.....	686
2.1.	Conceito	686
2.2.	Espécies.....	687
2.2.1.	Citação pessoal.....	687
2.2.2.	Citação por edital	690
2.2.3.	Citação por hora certa.....	693
3.	Intimação e notificação	694
4.	Revelia e suspensão do processo penal.....	697
5.	Informatização do processo judicial	700
6.	Quadro Sinótico	702
7.	Súmulas Aplicáveis	705
7.1.	STJ.....	705
7.2.	STF.....	705
8.	Informativos recentes.....	705
8.1.	STJ.....	705
8.2.	STF.....	707
9.	Questões de concursos públicos	708
10.	Gabarito Anotado	712

CAPÍTULO XII SENTENÇA

1.	Noção de sentença	715
1.1.	Introdução	715
1.2.	Outros atos judiciais	717
2.	Classificação das sentenças	718
2.1.	Natureza jurídica das sentenças.....	718
2.2.	Outras classificações	719
3.	Fundamentação e estrutura das sentenças.....	721

3.1.	Estruturação da sentença.....	722
3.1.1.	Emendatio libelli.....	724
3.1.2.	Mutatio libelli.....	725
4.	Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	731
4.1.	Sentença condenatória.....	731
4.1.1.	Efeitos da sentença penal condenatória.....	735
4.1.2.	Técnica da sentença penal condenatória.....	739
4.2.	Sentença absolutória.....	741
4.3.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	745
4.4.	Publicação e intimação da sentença.....	745
5.	Coisa julgada e preclusão.....	748
6.	Quadro Sinótico.....	750
7.	Súmulas aplicáveis.....	756
7.1.	STF.....	756
7.2.	STJ.....	756
8.	Informativos recentes.....	757
8.1.	STJ.....	757
8.2.	STF.....	759
9.	Questões de concursos públicos.....	763
10.	Gabarito Anotado.....	766

CAPÍTULO XIII PROCEDIMENTOS

1.	Considerações Gerais.....	769
2.	Procedimento comum.....	770
2.1.	Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP).....	772
2.1.1.	Questões complementares.....	780
2.1.1.1.	Natureza jurídica e efeitos do recebimento da petição inicial.....	780
2.1.1.2.	Interrogatório: renovação e momento processual.....	781
2.1.1.3.	Testemunhas: número e método de inquirição.....	782
2.1.1.4.	Defesa preliminar.....	783
2.1.1.5.	Debates orais e sentença.....	784
2.1.1.6.	Tessitura principiológica.....	786
2.1.2.	Sequência.....	787
2.2.	Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP).....	789
2.2.1.	Sequência.....	791
2.3.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	792
2.3.1.	Considerações iniciais.....	792
2.3.2.	Fase preliminar.....	794
2.3.3.	Audiência preliminar.....	795
2.3.4.	Procedimento sumaríssimo.....	799
3.	Procedimentos especiais.....	801
3.1.	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	803
3.1.1.	Peculiaridades do procedimento.....	804
3.1.2.	Sequência.....	806
3.2.	Crimes contra a honra.....	806
3.2.1.	Sequência.....	809
3.3.	Entorpecentes.....	809

3.3.1.	Sequência	815
3.4.	Procedimento especial para os crimes falimentares	815
3.5.	Outros procedimentos especiais	817
3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais	818
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial	820
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados	823
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida	825
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri	825
4.2.	Princípios reitores	826
4.3.	Características	828
4.4.	Rito especial do júri	829
4.4.1.	Judicium accusationis	830
4.4.1.1.	“Sentença” de pronúncia	832
4.4.1.2.	Impronúncia	840
4.4.1.3.	Despronúncia	841
4.5.	Sentença de absolvição sumária	841
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	844
4.7.	Rito especial do júri: judicium causae	847
4.8.	Libelo (revogado)	848
4.9.	Contrariedade ao libelo (revogada)	851
4.10.	Desaforamento	851
4.11.	Instalação da sessão do júri	853
4.11.1.	Noção de sessão do júri	853
4.11.2.	Alistamento dos jurados	853
4.11.3.	Organização da pauta	854
4.11.4.	Sorteio e convocação dos jurados	855
4.11.5.	Função de jurado	856
4.11.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri	857
4.12.	Formação do conselho de sentença	860
4.13.	Atos instrutórios	861
4.14.	Debates e poderes do juiz	863
4.15.	Formulação dos quesitos e votação	865
4.16.	Sentença e ata da sessão	870
5.	Procedimento especial dos crimes militares	871
6.	Quadro Sinótico	878
7.	Súmulas Aplicáveis	899
7.1.	STJ	899
7.2.	STF	899
8.	Informativos recentes	900
8.1.	STJ	900
8.2.	STF	905
9.	Questões de concursos públicos	910
10.	Gabarito Anotado	915

CAPÍTULO XIV RECURSOS

1.	Teoria geral dos recursos	919
1.1.	Conceito	919
1.2.	Natureza jurídica	920

1.3.	Fundamentos e o duplo grau de jurisdição	922
1.4.	Princípios recursais	923
1.5.	Impedimentos	931
1.6.	Pressupostos de admissibilidade recursal	933
1.6.1.	Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal	934
1.6.2.	Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	940
1.6.3.	Juízo de admissibilidade e competência recursal	944
1.7.	Efeitos recursais	946
1.8.	Extinção dos recursos	950
2.	Recursos em espécie	952
2.1.	Apelação	952
2.1.1.	Noção	952
2.1.2.	Interposição	954
2.1.3.	Cabimento	956
2.1.4.	Processamento	959
2.1.5.	Julgamento	963
2.2.	Recurso em sentido estrito	967
2.2.1.	Noção	967
2.2.2.	Interposição	968
2.2.3.	Cabimento	968
2.2.4.	Processamento	975
2.2.5.	Julgamento	978
2.3.	Carta testemunhável	979
2.3.1.	Noção	979
2.3.2.	Interposição	980
2.3.3.	Cabimento	982
2.3.4.	Processamento	983
2.3.5.	Julgamento	986
2.4.	Correição Parcial	986
2.4.1.	Noção	986
2.4.2.	Interposição	987
2.4.3.	Cabimento	988
2.4.4.	Processamento	989
2.4.5.	Julgamento	990
2.5.	“Embarginhos” e embargos de declaração	990
2.5.1.	Noção	990
2.5.2.	Interposição	991
2.5.3.	Cabimento	991
2.5.4.	Processamento	991
2.5.5.	Julgamento	993
2.6.	Protesto por novo júri (revogado)	993
2.6.1.	Noção	993
2.6.2.	Interposição	996
2.6.3.	Cabimento	996
2.6.4.	Processamento	997
2.6.5.	Julgamento	998
2.7.	Agravo regimental	998
2.7.1.	Noção	998
2.7.2.	Interposição	999
2.7.3.	Cabimento	999

2.7.4.	Processamento.....	1000
2.7.5.	Julgamento.....	1001
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade.....	1001
2.8.1.	Noção.....	1001
2.8.2.	Interposição.....	1002
2.8.3.	Cabimento.....	1003
2.8.4.	Processamento.....	1004
2.8.5.	Julgamento.....	1006
2.9.	Recursos especial e extraordinário.....	1007
2.9.1.	Noção.....	1007
2.9.2.	Interposição.....	1007
2.9.3.	Cabimento.....	1008
2.9.4.	Processamento.....	1011
2.9.5.	Julgamento.....	1014
2.10.	Reclamação constitucional.....	1014
2.10.1.	Noção.....	1014
2.10.2.	Interposição.....	1015
2.10.3.	Cabimento.....	1016
2.10.4.	Processamento.....	1016
2.10.5.	Julgamento.....	1017
2.11.	Recurso ordinário constitucional.....	1017
2.11.1.	Noção.....	1017
2.11.2.	Interposição.....	1018
2.11.3.	Cabimento.....	1019
2.11.4.	Processamento.....	1021
2.11.5.	Julgamento.....	1022
2.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial ou de recurso extraordinário.....	1022
2.12.1.	Noção.....	1022
2.12.2.	Interposição.....	1024
2.12.3.	Cabimento.....	1026
2.12.4.	Processamento.....	1026
2.12.5.	Julgamento.....	1027
2.13.	Embargos de divergência.....	1028
2.13.1.	Noção.....	1028
2.13.2.	Interposição.....	1028
2.13.3.	Cabimento.....	1028
2.13.4.	Processamento.....	1028
2.13.5.	Julgamento.....	1029
2.14.	Agravo em execução.....	1029
2.14.1.	Noção.....	1029
2.14.2.	Interposição.....	1030
2.14.3.	Cabimento.....	1030
2.14.4.	Processamento.....	1031
2.14.5.	Julgamento.....	1032
2.15.	Reclamação contra a lista geral de jurados.....	1032
2.15.1.	Noção.....	1032
2.15.2.	Interposição.....	1032
2.15.3.	Cabimento.....	1032
2.15.4.	Processamento.....	1033

2.15.5. Julgamento	1033
3. Quadro Sinótico	1033
4. Súmulas aplicáveis	1059
4.1. STJ	1059
4.2. STF	1059
5. Informativos recentes	1061
5.1. STJ	1061
5.2. STF	1065
6. Questões de concursos públicos	1069
7. Gabarito Anotado	1074

CAPÍTULO XV NULIDADES

1. Nulidades processuais em geral	1079
1.1. Introdução	1079
1.1.1. Noção de nulidade	1079
1.1.2. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo	1080
1.1.3. Fundamento constitucional	1082
1.1.4. Tipicidade e atipicidade do ato processual	1084
1.1.5. Elementos e formalidades do ato processual penal	1084
1.1.6. Confronto doutrinário	1086
1.2. Classificações das nulidades	1086
1.2.1. Influência do direito privado	1086
1.2.2. Fundamento das classificações	1087
1.2.3. Divergências na terminologia classificatória	1087
1.2.4. Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais	1087
1.2.5. Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação	1088
1.2.6. Relativização das nulidades processuais	1089
1.2.7. Classificações na doutrina	1090
1.3. Princípios informativos das nulidades	1093
2. Inexistência dos atos processuais	1098
3. Nulidades absolutas e relativas	1099
3.1. A arguição de nulidade	1099
3.2. Efeitos	1101
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade	1102
4.1. Falta ou deficiência de defesa	1102
4.2. Ilegitimidade da parte	1105
4.3. Incompetência do juízo	1108
4.4. Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz	1109
4.5. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação	1112
4.6. Ausência de intervenção do Ministério Público	1113
4.7. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu	1114
4.8. Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos.	1117
4.9. Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri	1118
4.10. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri	1119
4.11. Concessão de prazos processuais	1120
4.12. Falta de intimação de testemunhas	1122
4.13. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios	1125

4.14.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1126
4.15.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	1127
4.16.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular	1128
4.17.	Vícios na sentença.....	1129
4.18.	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1133
4.19.	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais	1134
4.20.	Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais.....	1135
4.21.	Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1136
5.	Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal.....	1137
6.	Quadro Sinótico	1138
7.	Súmulas aplicáveis.....	1151
7.1.	STF	1151
8.	Informativos recentes.....	1151
8.1.	STJ.....	1151
8.2.	STF	1154
9.	Questões de concursos públicos	1157
10.	Gabarito Anotado.....	1159

CAPÍTULO XVI AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1.	De ordem geral	1163
2.	<i>Habeas corpus</i>	1164
2.1.	Fundamentos	1164
2.2.	Natureza jurídica	1165
2.3.	Cabimento.....	1166
2.3.1.	Violação à liberdade de ir e vir.....	1166
2.3.2.	<i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo	1170
2.3.3.	Crime com pena privativa de liberdade.....	1171
2.3.4.	Transgressão disciplinar	1172
2.4.	Processamento e julgamento.....	1174
2.4.1.	Competência	1174
2.4.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1177
2.4.3.	Forma de propositura.....	1180
2.4.4.	Rito processual	1180
2.4.5.	Julgamento	1183
2.4.6.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	1185
2.4.7.	<i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	1186
2.4.8.	Recursos em <i>habeas corpus</i>	1187
3.	Mandado de Segurança.....	1188
3.1.	Fundamentos	1188
3.2.	Cabimento	1189
3.3.	Processamento e julgamento.....	1193
3.3.1.	Competência	1193
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1194
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança.....	1196
3.3.4.	Julgamento	1199

3.4.	Mandado de segurança coletivo	1200
4.	Revisão Criminal	1202
4.1.	Fundamentos	1202
4.2.	Cabimento	1203
4.3.	Processamento e julgamento	1204
4.3.1.	Competência	1204
4.3.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	1205
4.3.3.	Propositura	1206
4.3.4.	Rito da revisão criminal	1207
4.3.5.	Julgamento e indenização	1208
5.	Quadro Sinótico	1211
6.	Súmulas aplicáveis.....	1224
6.1.	STJ.....	1224
6.2.	STF.....	1224
7.	Informativos recentes.....	1224
7.1.	STJ.....	1224
7.2.	STF.....	1229
8.	Questões de concursos públicos	1235
9.	Gabarito Anotado	1236

CAPÍTULO XVII DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP

1.	Audiências e sessões	1239
2.	Publicidade	1240
3.	Poder de polícia do juiz	1241
4.	Prazos	1241
4.1.	Prazos penais X prazos processuais	1241
4.2.	Fluência dos prazos processuais.....	1242
4.3.	Prazos processuais em espécie.....	1244
4.4.	Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais	1247
5.	Retirada de autos.....	1248
6.	Custas processuais.....	1249
7.	Substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1250
8.	Estatística judiciária criminal	1250
9.	Quadro Sinótico	1252
10.	Súmulas Aplicáveis	1254
10.1.	STJ.....	1254
10.2.	STF.....	1254
11.	Informativos recentes.....	1255
11.1.	STF.....	1255
11.2.	STJ.....	1256
12.	Gabarito Anotado	1256

CAPÍTULO XVIII TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1.	Sistema Internacional de Persecução Criminal.....	1259
2.	Jurisdição e competência	1261
2.1.	Competência material irretroativa	1261

2.2.	Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional	1262
2.3.	Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional.....	1262
3.	Princípios informadores do direito penal e do processo penal internacional	1265
4.	Inquérito	1267
5.	Procedimento criminal	1268
5.1.	Juízo de Instrução	1268
5.2.	Juízo de Julgamento	1269
5.3.	Juízo de Recursos.....	1271
6.	Execução da pena	1272
7.	Quadro Sinótico	1273
8.	Informativos recentes.....	1277
8.1.	STF.....	1277
9.	Questões de concursos públicos	1278
10.	Gabarito Anotado	1279

CAPÍTULO XIX EXECUÇÃO PENAL

1.	Considerações gerais	1281
1.1.	Noção	1281
1.2.	Natureza jurídica da execução penal.....	1282
1.3.	Autonomia do processo executivo penal	1283
2.	Requisitos da execução penal	1284
3.	Objetivos da execução penal	1285
4.	Princípios e garantias da execução penal	1285
4.1.	Devido processo legal.....	1285
4.2.	Juízo competente	1286
4.3.	Individualização da pena	1287
4.4.	Personalização da pena	1288
4.5.	Legalidade e irretroatividade da lei	1288
4.6.	Contraditório e ampla defesa	1289
4.7.	Direito à prova	1290
4.8.	Isonomia	1290
4.9.	Direito a não autoincriminação	1291
4.10.	Reeducação	1292
4.11.	Duplo grau de jurisdição.....	1292
4.12.	Humanização.....	1292
4.13.	Cooperação comunitária	1293
4.14.	Oficialidade	1293
4.15.	Publicidade	1294
4.16.	Aplicação ao preso provisório	1294
4.17.	Motivação das decisões	1294
5.	Órgãos da execução penal	1294
6.	Estabelecimentos para cumprimento de pena.....	1298
6.1.	Definição do estabelecimento.....	1298
6.2.	Penitenciária.....	1299
6.3.	Colônia agrícola, industrial ou similar	1300
6.4.	Casa do Albergado.....	1300
6.5.	Centro de Observação	1301

6.6.	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	1301
6.7.	Cadeia pública	1302
7.	Jurisdição e competência da execução penal	1302
8.	Restrição de direitos na execução da pena.....	1303
8.1.	Deveres.....	1303
8.2.	Direitos	1303
8.3.	Direitos políticos.....	1305
8.4.	Visita.....	1305
8.5.	Comunicação.....	1305
8.6.	Assistência	1306
8.6.1.	Assistência material.....	1306
8.6.2.	Assistência à saúde.....	1306
8.6.3.	Assistência jurídica	1306
8.6.4.	Assistência educacional.....	1307
8.6.5.	Assistência social.....	1307
8.6.6.	Assistência religiosa.....	1307
8.6.7.	Assistência ao egresso.....	1307
8.7.	Trabalho.....	1307
8.8.	Faltas disciplinares.....	1309
8.8.1.	Espécies	1311
8.8.2.	Apuração, defesa técnica e aplicação.....	1311
8.9.	Regime Disciplinar Diferenciado.....	1313
8.10.	Sanções	1314
8.11.	Recompensas	1314
9.	Intervenção do ministério público na execução penal	1314
10.	Processo de execução penal	1315
10.1.	Penas privativas de liberdade.....	1315
10.2.	Penas restritivas de direito	1316
10.3.	Pena de multa	1319
10.4.	Medida de segurança	1322
10.5.	Prisão albergue domiciliar	1324
10.6.	Procedimento da execução penal	1325
10.6.1.	Iniciativa	1325
10.6.2.	Guia de execução penal.....	1325
10.6.3.	Processamento	1326
10.7.	Execução provisória da pena	1327
10.8.	Regressão de regime	1329
10.8.1.	Regressão cautelar	1329
10.9.	Progressão de regime.....	1330
10.9.1.	Requisitos	1330
10.9.2.	Progressão por salto.....	1333
10.10.	Incidentes e conversões	1334
10.10.1.	Doença mental superveniente	1335
10.10.2.	Desvio e excesso de execução	1335
10.10.3.	Anistia e indulto	1336
10.11.	Remição.....	1338
10.12.	Detração penal	1341
10.13.	Autorizações de saída.....	1342
10.14.	Livramento condicional	1343
10.15.	Monitoração eletrônica.....	1347

10.16.	Suspensão condicional da pena	1349
10.17.	Meios de impugnação	1351
10.17.1.	Recursos	1351
10.17.2.	Ações autônomas de impugnação	1351
10.18.	Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena	1352
11.	Quadro Sinótico	1352
12.	Súmulas aplicáveis	1364
12.1.	STJ	1364
12.2.	STF	1364
13.	Informativos recentes	1365
13.1.	STJ	1365
13.1.1.	Saída temporária	1365
13.1.2.	Detração penal	1366
13.1.3.	Falta grave	1366
13.1.4.	Trabalho externo	1367
13.1.5.	Programas de recuperação	1367
13.1.6.	Progressão de regime	1368
13.1.7.	Regime de cumprimento da pena	1370
13.1.8.	Remição	1370
13.1.9.	Substituição da pena	1370
13.1.10.	Outros temas	1371
13.2.	STF	1372
13.2.1.	Falta grave	1372
13.2.2.	Execução provisória da pena	1373
13.2.3.	Remição	1374
13.2.4.	Regime de cumprimento da pena	1374
13.2.5.	Progressão de regime	1375
13.2.6.	Outros temas	1375
14.	Questões de concursos públicos	1378
15.	Gabarito Anotado	1382
BIBLIOGRAFIA		1385